

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD) NA PREVENÇÃO AO USO DAS DROGAS

THE IMPORTANCE OF THE DRUG RESISTANCE AND VIOLENCE EDUCATIONAL PROGRAM (PROERD) IN THE PREVENTION OF THE USE OF DRUGS

SOUZA, Cárita Rodrigues Lima¹

COSTA, Roselma Dias da Silva²

RESUMO

A utilização de entorpecentes vedados ou não, pelo ser humano em todas as fases de sua vida é um aspecto propulsor de violência e desgaste. Por conseguinte, políticas públicas direcionadas para a clientela frequentadora das escolas são extremamente indispensáveis e cabíveis visto que propendem à prevenção da criminalidade e fornecem subsídios para o desenvolvimento de uma vida mais segura em comunidade. Para tanto este trabalho tem como escopo averiguar e realizar uma analogia sobre os impactos do PROERD na Política Pública sobre drogas na sociedade brasileira. A pesquisa baseia-se em pesquisa bibliográfica, como técnicas de coletas de dados foram utilizadas a revisão de literatura e na apreciação dos resultados foi utilizado o diagnóstico do conteúdo estudado. As analogias e resultados da investigação elucidaram que o PROERD apresenta-se como um instrumento pertinente na prevenção à usança de drogas e controle à violência no meio social.

Palavras-chave: Drogas. PROERD. violência. ser humano.

ABSTRACT

The use of narcotics sealed or not, by the human being in all the phases of its life is a propulsive aspect of violence and attrition. Therefore, public policies directed at the clientele attending schools are extremely indispensable and appropriate since they tend to prevent crime and provide subsidies for the development of a safer life in the community. In order to do so, this work aims to ascertain and make an analogy about the impacts of PROERD on Public Policy on drugs in Brazilian society. The research is based on bibliographic research, as data collection techniques were used the literature review and in the evaluation of the results was used the diagnosis of the content studied. The analogies and results of the investigation elucidated that the PROERD is presented as a relevant instrument in the prevention of drug use and control of violence in the social environment.

Key words: Drugs. PROERD. Violence. human being.

¹Acadêmica do Curso de Formação de Praça, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM. Goianésia. E-mail: limacarita@gmail.com

²Professor orientador: titulação Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM. E-mail: roselmadias@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como intento discorrer sobre a proeminência do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência -PROERD na precaução ao abuso da utilização das drogas na sociedade brasileira e sobre quais os benefícios da temática para a Polícia Militar. Disserta-se que a historiografia do uso e abuso de drogas na conjuntura social faz parte da história da civilização mundial, e observa-se que nos últimos tempos, devido a sua intensa frequência, converteu-se em uma problemática mundial de saúde pública.

Os altos índices de cautela e inquietação da sociedade, polícia e governantes com a usança de drogas por crianças, jovens e adolescentes bem como, a sua relevante relatividade com o incremento dos níveis de selvageria no meio social atualmente já é alarmante e alcançou um ponto onde é imperativo que o poder público estabeleça algumas ações que minimizem esta circunstância.

Observa-se que nas sociedades contemporâneas as crianças, jovens e adolescentes são diariamente influenciados a inserir-se nesse meio pela família, pela coação dos amigos ter a sensação de estar integrado em uma conjuntura social, mesmo, por intermédio da mídia que cotidianamente realizam anúncios publicitários de bebidas não enfatizando os seus efeitos maléficos. Esclarece-se que concretizar ações de educação para essa faixa etária constitui-se um enorme desafio, e as ações educacionais efetivadas nas instituições escolares e polícia militar são de extremada perspicácia para a precaução à utilização e abuso de drogas, com o escopo de agenciar à saúde do povo. Ressalta-se que aí se encontra a protuberância do tema para ambas as instituições a de ensino e a militar.

As transformações psicológicas, hormonais e biológicas ocorrem em sua maioria na adolescência, fazendo com que os jovens tenham a tendência de se revoltarem perante a realidade vivificada, fazendo-os se manifestarem com o uso de sua sexualidade, a partir do uso inconsequente de ingestão de bebidas e drogas e a de práticas de violência. Contudo, as estimativas evidenciam que a participação de crianças, jovens e adolescentes em ações de prevenções torna esses programas de promoção à aquisição da saúde igualmente mais atraente, uma vez que a experimentação e sua inserção nos projetos, lhes possibilita vivenciar ações positivas.

No mundo onde a proliferação das drogas é iminente a prevenção é um dos elementos mais eficientes na ação contra o uso de drogas. Nesta perspectiva, é urgente e indispensável realizar atividades concretas e contínuas de precaução e cautela à usança de drogas entre as crianças, os jovens e os adolescentes que não tenham tido relação ou sido

influenciados ainda por tais entorpecentes. Em muitas cidades brasileiras vem sendo realizado esse trabalho de prevenção, através, de acordos entre o setor estatal e organizações da sociedade civil, tal como, de projetos, em meio aos quais se destaca o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, idealizado, organizado e executado pela polícia militar.

O PROERD constitui-se em ser um projeto que versa em uma ação conjugada e unificada entre as Polícias Militares, Escolas e Famílias, o qual tem como fundamento prevenir o abuso e o descomedido uso de entorpecentes e a violência entre discentes, bem como, auxiliá-los a distinguir coações e o exercício de domínios negativos diários que cooperam para a usança de substâncias químicas e à prática de bestialidades e violência, desenvolvendo capacidade e disposição para combatê-las.

A partir desta problemática, o presente artigo tem como finalidade identificar e realizar uma analogia concernente às ações benéficas e favoráveis ao PROERD na Política Pública sobre entorpecentes ponderando sobre suas finalidades, sua introdução na Política Nacional sobre Drogas e seu campo de desempenho. Buscar-se-á ainda ponderar como o referido programa instiga a instauração da cidadania dos educandos e como este sistema influência nos relacionamentos interpessoais entre alunos que dele participam.

A escolha do tema se deu por entender que o trabalho do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é fundamental na ação da prevenção de combate às drogas e à violência, pois creio que o trabalho bem realizado nesta faixa etária vai cooperar para que as crianças, jovens e adultos não venham experimentar drogas. Portanto, a escolha do tema se justifica pela conhecida importância PROERD, por sua eficácia, devendo o mesmo ser realizado anualmente nas escolas, como um trabalho parceiro de conscientização, sendo primordial que o trabalho já comece a ser desenvolvido na fase inicial de seus estudos.

A metodologia de trabalho utilizada para o levantamento de dados se embasará na análise bibliográfica, fundamentada na pesquisa de informações em revistas, livros e na internet, tendo como objeto de estudo verificar a importância do PROERD na precaução e cuidado a usança das drogas no contexto social e escolar. Todos os conhecimentos obtidos nortearão a aprendizagem da classe acadêmica sobre esta temática, e por extensão, cooperar com o aprimoramento do trabalho das instituições escolares e da Polícia Militar Goiás na difusão de informações e conhecimentos sobre a questão em estudo.

Os saberes constituídos terão papel significativo na presente pesquisa, consolidando conhecimentos sobre a protuberância do PROERD acrescentando novos fatores à investigação. Buscar-se-á no decorrer da pesquisa de explicitar e sugerir por intermédio da investigação

bibliográfica, as características do desenvolvimento do PROERD no Brasil, fomentando análises mais racionais sobre essa abordagem, evidenciando ainda os conflitos existentes, e buscando através desta análise, formas para amenizar esta situação.

Elaborar e coletar dados estatísticos confiáveis, relevantes para se evidenciar e traduzir a realidade do sistema socioeducacional é uma tarefa bastante complexa, esse processo requer uma transmutação em seu âmago, empenho e vontade pedagógica e política para que o processo seja executado de forma correta.

A investigação se preocupará não tão exclusivamente com o processo de estudos sobre o PROERD e os resultados de sua ação nas escolas e comunidade, mas também em averiguar as informações existentes em profundidade. É primordial destacar que as classificações das informações e dados obtidos não foram consideradas de maneira rígida, pois discorre-se que em grande parte das vezes, as pesquisas observadas não se ajustam facilmente num ou noutro arquétipo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 AS DROGAS COMO ELEMENTO SOCIAL E CULTURAL NA HISTORIOGRAFIA DA HUMANIDADE

Segundo Bucher (1992) o nível do processo cultural de uma sociedade possibilita distinguir a conjuntura da construção de significados e subjetividades que homens e mulheres atribuem à sua realidade, bem como, os dados para explicar o mundo que se encontram inseridos. As relações socioculturais são relevantes parâmetros para evidenciar que as sociedades modernas são análogas em sua coordenação político e econômica.

Assim disserta-se que as particularidades entre estas sociedades também se empregam no uso de drogas pelos seus cidadãos. Em todo o mundo a utilização dos entorpecentes podem ser percebidos nos rituais religiosos, na medicina, e também nas esferas sociais, e a cultura de cada povo delimita quais drogas são concebidas como lícitas e ilícitas. Estes aspectos estão mais relacionados a conceitos antropológicos e econômicos do que éticos, ou ainda às finalidades ou propriedades farmacológicas das substâncias utilizadas.

No mundo o consumo de drogas encontra-se relacionado em sua maior parte ao convívio familiar, a influência de amigos e grupos socioculturais. Marques et al (2000, p.33) esclarece que o “uso de drogas é um fenômeno bastante antigo na história da humanidade e

constitui um grave problema de saúde pública, com sérias consequências pessoais e sociais ”. Para o autor a temática sobre drogas e suas consequências socioculturais na sociedade sempre teve repercussões, nem sempre, sendo elas benéficas.

Marques *et al* (2000, p.33) complementa explicando que a utilização de drogas pela humanidade é uma temática amplamente complicada e complexa, as reproduções sociais que levam ao apoio ou à censura desse procedimento dependem da situação que o ser humano encontra inserido. Existem múltiplos elementos e recursos que culminam por influenciar o sujeito ao uso das drogas, podendo estar sujeito ao lugar onde mora, as influências familiares e até mesmo nas escolas. Mediante isto, se faz necessário entender os códigos sociais e a rede de significados que abrangem a sociedade em geral os grupos peculiares inseridos dentro de um determinado momento histórico. Sobre o assunto Cavalcante (2008) delibera:

A geração atual é considerada a mais urbana da história; entretanto, à medida que a urbanização possibilita o acesso à educação e aos serviços de saúde, os adolescentes são expostos aos riscos de uso de drogas lícitas e ilícitas. Além de fatores sociodemográficos (sexo, idade, classe social), os estudos indicam associação do uso de drogas com envolvimento parental ou familiar no consumo de álcool ou drogas, não criação por ambos os pais, baixa percepção de apoio paterno e materno, amigos que usam drogas, ausência de prática religiosa, bem como menor frequência à prática de esportes. O apelo dos meios de comunicação, que estimula o consumo de drogas lícitas, como álcool e tabaco, assim como a aceitação social e condescendência familiar para o consumo destas drogas, parecem creditar em sua utilização a ideia de rito de passagem para a vida adulta. Além do estímulo constante dos meios de comunicação e da condescendência dos pais, podemos mencionar outros fatores de risco que viabilizam o acesso dos adolescentes a essas substâncias, como sua grande disponibilidade, principalmente de drogas lícitas, em estabelecimentos comerciais e a falta de fiscalização adequada para sua venda (CAVALCANTE, ET AL, 2008, p. 556)

Cavalcante (2008) alega que a ingestão de drogas psicoativas é uma questão de ordem social, não exclusivamente devido a sua elevada frequência de uso, mas especialmente devido aos resultados danosos à saúde dos seres humanos e, por conseguinte para a sociedade. Os entorpecentes acarretam problemas em diversas áreas, de diversas formas, e não só no campo social, mas igualmente para a saúde física e mental do indivíduo.

De acordo com Carlini *et al* (2000) no mundo todo os programas são criados e idealizados com a finalidade que todos os seres humanos sejam ensinados a se prevenir contra as drogas, porém, muitos são aqueles que se utilizam de muitas evasivas para que os entorpecentes sejam também consumidos em grande escala, por crianças, jovens e adultos. A consequência e sequele dessa política é que milhares de pessoas estão a cada dia consumindo cada vez mais drogas, e ao mesmo tempo devastando suas vidas e de seus familiares.

A Organização Mundial da Saúde (apud CARLINI *et al*, 2000, p42) ao realizar uma analogia do termo drogas, vislumbra esse fenômeno como “qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias para manutenção da saúde, como exemplo, água e oxigênio) que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura”.

Já a CEBRID (2004) disserta que a medicina delibera como droga qualquer substância adequada para alterar o papel dos seres humanos, procedendo em modificações fisiológicas ou de conduta. Atualmente a terminologia entorpecente e/ou droga passou paulatinamente a nomear substâncias tóxicas que determinam adulterações psíquicas ou de condutas pelas sequelas causadas no sistema nervoso central. Usualmente para as pessoas que as utiliza, estas ocasionam uma percepção de prazer, concepções de sedução, agitação, alucinação e volúpia. Contudo, na realidade, tais efeitos transformam a inteligência, a astúcia, o conhecimento, o raciocínio lógico e a ação de autocontrolar-se.

Segundo os estudos levantados sobre a ingestão da bebida alcoólica e demais drogas entre os jovens no Brasil e nível mundial, especificam que é na transição da infância para a adolescência que se principia a usança dos entorpecentes por esses indivíduos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde o tabaco é líder nos motivos de óbitos em todo o mundo, e no ano de 2000, 4,83 milhões de mortes foram relacionadas ao tabagismo, e estima-se que para os próximos vinte anos o surto tabágico será culpado por mais de oito milhões de mortes no mundo todo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde cerca de 10% da população dos centros urbanos de todo o mundo utilizam demasiadamente substâncias psicoativas, isso independentemente da idade, grau de educação, capacidade aquisitiva e sexo.

A utilização de drogas pelas crianças, pelos jovens e adultos acaba por se constituir um hábito, levando-os a fazer parte de um grupo de risco. São bastante comuns nesta etapa as condutas de desafio ao comando dos pais e parceiros, conflitos de ideias e a procura da autonomia financeira e pessoal, aptidão ou competência, ações que por vezes se sucedem por caminhos inconvenientes, e esses indivíduos terminam por fazerem escolhas erradas, não conseguindo respeitar ninguém a sua volta.

No Brasil o campo das ações de atenção quanto à ingestão de bebidas alcoólicas e demais entorpecentes, a temática tem sido abordada de maneira mais séria, compreendendo esforços de esferas e grupos preocupados com o acrescentamento exorbitante da problemática das diversas drogas existentes. O Ministério da Saúde tem criado campanhas visando prevenir e restabelecer os usuários de álcool e outras drogas. O Sistema Nacional de Políticas Públicas

Sobre Drogas, regularizado pelo Decreto nº 3.696 de 21\12\200, trata de expandir a consciência social para o agravamento do problema constituído pelas drogas, cria também parceria com estabelecimentos educacionais e indivíduos com o desenvolvimento de ações antidrogas no Brasil, validando deste modo à estruturação administrativa, política, social e econômica de um Estado. O modelo de atenção ao reestabelecimento da saúde e bem estar do indivíduo pronuncia outros setores governamentais e não governamentais, refletindo a probabilidade de interferência do Estado na asseveração dos direitos garantidos pela Lei 8.08\90, que estabelece os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Lei 8.069\90, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sobre isso Raposo (2009, p. 118) disserta:

A inserção na agenda pública brasileira da atenção integral à saúde de adolescentes e jovens decorre da mudança de paradigma expressa na concepção ampliada de saúde como direito social e dever do Estado e na doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamenta a proteção da infância e da adolescência e reconhece as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e portadores de necessidades especiais. Nesse sentido, este marco legal configura uma perspectiva de análise para contextualização dos direitos da adolescência e juventude no âmbito da saúde. A Política de Saúde do Adolescente e Jovem institucionaliza um novo olhar sobre o adolescente, apresentando arcabouço teórico que estimula a reflexão sobre novos conceitos, estratégias e ações na área de promoção da saúde voltada para esse grupo etário. A Política Nacional de Saúde do Adolescente e Jovem preconiza a atenção integral a esse segmento populacional, considerando as necessidades específicas de adolescentes e jovens, as características socioeconômicas e culturais da comunidade à qual pertencem, bem como as diferenças de gênero, raça e religião.

Raposo (2009) ressalta ainda que a segurança e responsabilidade do direito à saúde são determinadas segundo os procedimentos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tal documento determina as medidas de proteção norteadas de princípios com ampla proeminência para certificar os direitos da criança e do adolescente.

Brasil (2003) esclarece que o processo de prevenção voltado para o uso excessivo de álcool e demais entorpecentes pode ser deliberado assim como um procedimento de planejamento, embasamento e cumprimento de múltiplas táticas e revigoramento de aspectos de assistência.

Cavalcante *et al* (2008) entende que o desafio na realização das políticas organizadas é conseguir levar a criança e o adolescente para os estabelecimentos de saúde para tratamento, a inserção destes indivíduos com os profissionais irá promover a promoção e o ingresso ao conhecimento concernente a usança indevida de drogas e também aproximá-los de estratégias de prevenção. Esse processo é importante para informar aos usuários de drogas

sobre o porque de não se usar drogas, ensinando-os a ficarem precavidos sobre os efeitos que as substancias psicoativas podem ocasionar no seu corpo.

2.2 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA - PROERD: COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

Na atualidade Políticas Públicas são conceituadas como a conjuntura de ações elaboradas e implementadas pelo Estado priorizando o bem estar da coletividade. Em muitos Estados brasileiros sistemáticas como o PROERD têm sido utilizadas como política pública de combate às drogas e à violência. Na concepção de Souza (2006) políticas públicas em seu cerne encontram-se ligado amplamente ao Estado, o qual determina como os recursos financeiros deverão ser utilizados em prol do benefício dos seus cidadãos, realizando por fim, um prestamento de contas públicas respectivas ao dinheiro usado em benefício da sociedade.

Em todos os casos o Estado deve tratar das carências da sociedade com atuações bem delineadas, considerando que essas são distintas e implexas, pois detém em si ações que comprometem a qualidade de vida dos sujeitos humanos. Rua (2009, p 19) destaca que políticas estatais “compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

Rua (2009, p. 21) completa ainda que “é importante desenvolver a compreensão de que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacifica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade”. Para a autora o procedimento de formação de uma artificio político ocorre por intermédio de um circuito onde primeiro considera-se a dificuldade, estabelecem-se as escolhas e então se toma uma resolução, botando-se em exercício os conhecimentos obtidos, analisando-as e avaliando o resultado de sua implantação e execução.

Analises desenvolvidas pelo Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (2004) especificam que é de enorme valia a implementação de políticas estatais e atividades de precaução sobre a usança de drogas nas instituições escolares, pois, é notório ressaltar que essa ação é um tema bastante abrangente, o qual exige uma averiguação ampla e acertada, para se alcançar consequências pertinentes.

Nos últimos tempos as escolas têm utilizado diversas estratégias com fins de fazer os seus educandos a absorver informações corretas concernentes à deferência às implicações

sobre a usança abusiva de drogas. Nesse sentido, pais e educadores necessitam, todavia, através de conhecimentos pertinentes, e sem alardear, criar situações imprescindíveis para que o sujeito usuário se torne persistente às investidas de sujeitos que se proferem “amigos”, mas que na verdade estão a ofício dos traficantes.

Siqueira (1993) esclarece que os comerciantes de drogas estão cientes que é na etapa escolar que se obtém o dependente químico exato do amanhã. Deste modo, a autora assegura que não é exagero que as escolas devam iniciar nas séries iniciais o processo de conscientização.

A Lei Federal nº 11.343/2006, que estabelece o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas, destaca a relevância das instituições escolares no procedimento de vigilância, precaução e cautela ao uso inadequado de entorpecentes e estabelece:

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

VI - o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;

VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

X - o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida;

X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas.

A Lei Federal nº 11.343 determina ainda que, de tal modo como a instituição escolar e a família detém uma função de abrangente responsabilidade no procedimento de batalha contra as drogas. Sanchez (1982), contudo, é cético quanto a essa afirmação, e salienta que em múltiplas ocasiões os pais e familiares fracassam no procedimento de educar seus filhos, quando estes solicitam que comprem cigarro e bebida alcoólica, mesmo cientes das leis que vetam a venda destes artigos para menores de dezoito anos.

O Conselho Nacional Antidrogas legalizou no ano de 2005, um documento estabelecendo a Política Nacional sobre Drogas. Grande parcela dos desígnios desse artifício visa conscientizar a população sobre os malefícios e os resultados negativos reproduzidos

pelo emprego incorreto de drogas e suas sequelas. Mais um foco do programa é educar, capacitar e formar sujeitos em todos os domínios sociais para uma concreta e dinâmica ação de supressão do processo, da oferta e de prejuízo, baseada em informações científicas regularizadas em experiências bem sucedidas, ajustadas à realidade. Em conformidade com o Conselho Nacional Antidrogas – CONAD (2005) são objetivos da política:

Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências. Educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados e experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade. Reduzir as consequências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, a comunidade e a sociedade em geral. Garantir rigor metodológico às atividades de redução da demanda, oferta e danos, por meio da promoção de levantamentos e pesquisas sistemáticas, avaliados por órgão de referência da comunidade científica. Garantir a realização de estudos e pesquisas visando à inovação dos métodos e programas de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde. Instituir, em todos os níveis de governo, com rigor metodológico, sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde. Assegurar, em todos os níveis de governo, dotação orçamentária e efetivo controle social sobre os gastos e ações preconizadas nesta política, em todas as etapas de sua implementação, contemplando os preceitos estabelecidos pelo CONAD, incentivando a participação de toda a sociedade. A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da "Responsabilidade Compartilhada", com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.

A ação conjunta da sociedade no controle aos entorpecentes é de extremada relevância e tem sido a ampla temática da política inerente as drogas, visto que procura suprimir o uso inicial das drogas, motivando e promovendo a supressão do consumo e abrandando os riscos e prejuízos agregados ao seu uso indiscriminado. É nesta conjuntura, que se insere o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, na Política Nacional sobre drogas, o qual aborda que ações educativas preventivas, reguladas em conceituações éticas e na multiplicidade cultural, norteadas para o agenciamento de preceitos morais direcionados a inserção da saúde corporal e mental, pessoal e grupal, ao bem-estar, à associação socioeconômica, e o enaltecimento dos relacionamentos familiares, independe de seus distintos moldes.

Salienta-se que a inserção e participação PROERD na biografia das instituições escolares, dos alunos, professores e demais pessoas coopera para que a sociedade se sinta mais segura e mediante isto, gestores e sociedade compartilhem com mais entusiasmo e responsabilidade do empenho da Polícia Militar em modificar os estabelecimentos de ensino

em núcleos de referência para o incremento da cidadania, controle aos entorpecente e a violência, visando deste modo a consolidação de uma vida mais digna para todos os cidadãos.

Brasil (2011) deixa claro que o melhor remédio para o problema das drogas é a prevenção, e quanto antes se iniciar, mais cedo alcançará melhores e consistentes resultados. Deste modo, o estabelecimento de ensino é o lugar favorecedor para que as políticas estatais sejam realmente efetivadas o PROERD é o caminho para a conscientização e estruturação dessas políticas. Para o autor a escola quando bem preparada tem plenas condições de promover e executar programas de prevenção contra as drogas direcionados para crianças, adolescentes e jovens.

O motivo para se prevenir é impedir que o consumo de drogas se instaure ou buscar tornar tardio a sua iniciação. A prevenção deve ser iniciada pelos pais e professores na infância, e esse procedimento deve estar associado a um quadro significativo de educação para a saúde. Segundo Brasil (2011, p. 16):

As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos. As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações.

Brasil (2011) pondera que as ações educativas e preventivas nas quais se embasa o PROERD estão embasadas em três linhas, considerados como jurisdições capitais para a socialização do sujeito: a unidade escolar, a família e a sociedade. Destaca-se que apesar de todo o trabalho realizado na linha da prevenção, a chance de um jovem ainda entrar para o mundo das drogas é bastante elevada. A melhor forma de precaução, portanto, é oportunizar que as crianças, jovens e adolescentes uma formação significativa, para que esses tenham como enfrentar as mais diferentes situações ao longo de suas vidas.

O PROERD preconiza ainda promover no meio educacional uma discussão coerente e eficaz concernente aos assuntos referente a drogas e à violência, desenvolvendo nos educandos atendidos sentimentos de autoestima, oposição às influências maléficas da mídia e dos amigos utentes de drogas.

O Programa Educacional de Resistencia às Drogas e à Violência se fundamenta essencialmente no ditado popular “mais vale prevenir que remediar”, nas escolas o policial

devidamente habilitado e capacitado tecnicamente, trabalha com o intento de estreitar a relação entre o estabelecimento de ensino, polícia e família, tornando essa coluna a base de manutenção do programa educacional, que tem atuado nas instituições escolares de maneira preventiva referente ao consumo abusivo de drogas, resgatando desta forma a relevância de estabelecimentos balizares e específicas de qualquer sociedade constituída.

2.3 DROGAS NAS ESCOLAS: TRABALHANDO A PREVENÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTENCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA – PROERD

As pesquisas evidenciam que o mundo atual se encontra muito violento, e o campo das drogas vem cotidianamente sendo mais conhecido pelas crianças, jovens e adolescentes cada vez mais cedo, e em decorrência disso ocorrem mais e mais chacinas, onde são extintos diversos jovens dos sexos masculino e feminino. O pretexto da selvageria quase continuamente se encontra relacionado à morte do usuário que não saldou a droga ingerida, ou para acabar com comerciantes rivais.

No contexto escolar e em sociedade as ações educacionais são de suma relevância para a precaução e cautela contra o uso de drogas com o desígnio de ocasionar a saúde do povo. Na concepção de Sabroza (1994, p. 59) “a saúde pública e saúde coletiva é definida genericamente como um campo de conhecimento e de práticas organizadas institucionalmente e orientadas à promoção da saúde das populações”. Moreira et al (2005) alerta que o processo de prevenção perpassa por três coeficientes e esse molde de prevenção é fundamental:

Prevenção primária: ações que procuram evitar o uso de drogas, visando diminuir a chance de novas pessoas começarem a usar. Prevenção secundária: ações que procuram evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem uso ocasional de drogas. Prevenção terciária: ações que, a partir de um uso problemático de drogas, procuram evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas mais sérios. (MOREIRA ET AL, 2005, p 27)

Moreira (2005) esclarece que o primeiro modelo de prevenção deve ser aplicado no recinto escolar antes que o indivíduo conheça o mundo das drogas, coibindo assim, a problemática antes que ele suceda. Já a prevenção secundária configura-se em uma estratégia a ser utilizada visando evitar problemas no futuro, ação essa somente utilizada quando não se usou a primeira ação. Quanto a Prevenção terciária somente é empregada quando os dois níveis anteriores não obtiveram sucesso.

Na atualidade existem programas que almeja auxiliar e habilitar os educadores para ensinar e discorrer sobre a prevenção de drogas no âmbito educacional, dentre eles destaca-se o PROERD, direcionado a estudantes do Ensino Fundamental que frequentam do 4º ao 6º Ano, onde policiais militares selecionados, executam aulas para essa clientela, e introduzem conhecimentos referentes às maleficências das drogas e suas implicações, por meio de várias atividades esses profissionais ensinam crianças, jovens e adolescentes a dizer não às drogas, a como resistir na prática a pressões dos grupos e a atos violentos, bem como, a tomarem decisões corretas no meio social que se encontram inseridas.

O programa tem como objetivo desenvolver nos alunos conhecimentos e habilidades que os auxilie a compreender as conceituações basilares alusivas às drogas e as consequências maléficas que seu consumo exacerbado pode causar, as decorrências que podem originar do uso indevido das drogas, busca também identificar as principais fontes de pressões sociais, as formas adequadas de lidar com a raiva, com desentendimentos.

O PROERD tem a missão de educar focalizando a prevenção cotidiana contra as drogas e o processo educativo para constituição da paz, trabalhando colaborativamente em parceria com a família, estabelecimentos de ensino e a Polícia Militar, com o desígnio de informar e educar cidadãos responsáveis para um amanhã mais seguro. Brandão (1995, p 8) afirma que: “A educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Assim não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela ocorre e nem muito menos o professor é seu único agente”.

Brandão (1995) esclarece que o processo de educação se inicia na família, quando os familiares procuram ensinar seus filhos a julgar o que é certo e o que é errado, como devem se comportar, e a respeita as outras pessoas. Posteriormente entra em cena a escola onde se principia o ensinamento dos indivíduos, onde eles vão adquirir conhecimentos concernentes às áreas do saber específicas. E em seguida essa clientela quando necessário são colocadas em contato com sistemas de ensino como o PROERD, que oferece estratégias preventivas de trabalho com a finalidade de avigorar as questões de amparo e assistência, em especial concernente à família, estabelecimentos de ensino e sociedade, favorecendo a implementação das resistências dos educandos (crianças, jovens e adolescentes), que correm o risco de se envolverem com drogas e terem problemas de comportamento.

Na área policial o PROERD passou a ser uma resposta para esses profissionais para a questão da diminuição ou eliminação do uso das drogas. A habilidade preventiva prevista na Constituição Federal desdobrou-se ainda para o combate às drogas e a violência, tornando esse trabalho amplamente significativo no processo educativo das crianças, jovens e

adolescentes. A inserção Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, no contexto socioeducacional mostrou que o policial militar é também um ser sensível e afetivo, que pode interagir com êxito também em outros campos da profissão e do conhecimento.

Pesquisas realizadas na área até o presente período no Brasil, referente ao Programa PROERD aponta que a sua inserção e aplicação nos meios educacionais e sua aceitação pelos pais, estudantes, docentes e sociedade, assim como, as decorrências na prevenção às drogas e à violência são amplamente benéficas. Constantino (2007, p. 4) pondera que os:

[...] policiais militares que desenvolvem esse programa educacional atual de forma voluntária, por entenderem que a educação ainda é o melhor caminho para se obter sucesso na formação de nossos jovens, e, dessa forma, contribuir com um pouco do seu tempo para prevenir e evitar o pior, ou seja, o ingresso de nossas crianças e adolescentes no universo das drogas e da violência.

Assim é plausível afirmar que os índices e resultados positivos obtidos com a inserção do PROERD sucedem porque o programa a partir das suas aplicações em suas aulas conseguiu aumentar a autoestima dos educandos na escola, promove o autocuidado e a resistência destes à pressão dos colegas, quanto às perspectivas das crianças, jovens e adolescente no que se refere ao uso das drogas. Para Dell’Antônia (1999, p. 39) “[...] no trabalho de prevenção ao uso de drogas, ao coibi-las o PROERD contribui para prevenir a criminalidade, visto que cerca de 70% dos crimes estão relacionados direta ou indiretamente ao uso de drogas”.

Outro ponto positivo da prática de prevenção é que em todo o mundo já se consolidou uma consciência que as ações preventivas ao uso excessivo de drogas é a trajetória mais eficiente para tornar mínimo a problemática e, portanto, precisa abranger toda a sociedade. Dell’Antônia (1999) disserta que apesar do PROERD ser um empreendimento da Polícia Militar, este programa não deve ser concebido separadamente como um ato só desta instituição. O referido projeto é pautado na firme parceria entre escola- família-sociedade daí o seu sucesso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo realizado sobre a relevância do PROERD na precaução e cuidado a usança das drogas no contexto social e escolar pode ser deliberada como o artifício de

apreciação e compreensão das informações obtidas no transcorrer da pesquisa. Na concepção de Gil (2007) a analogia dos conhecimentos selecionados visa organizá-los e sintetizá-los de maneira que estes oportunizem a obtenção de respostas aos questionamentos e indagações idealizadas para a investigação. Para compreensão dos dados utilizou-se o cruzamento dos conhecimentos já elencados com outras disponíveis sobre o objeto de estudo em revistas, livros e na internet.

Como proferido nos objetivos da investigação pretendida a mesma teve como escopo meditar os impactos do PROERD na Política Pública sobre drogas na sociedade brasileira. Carlini *et al* (2000) destaca que as drogas nos últimos tempos têm se apresentado como um verídico entrave na vida de crianças e jovens que esquadrinham aquilatar seus conhecimentos nas escolas. Nos dias atuais a presença da comercialização e a deglutição de drogas nas regiões próximas às instituições de ensino tem prejudicado o desenvolvimento dos estudantes, possibilitando a estes terem contato abundantemente cedo com todo tipo de drogas.

O ensino preconizado pelo PROERD tem como fundamental desígnio impulsionar com que os educandos de todas as idades concebam sobre os malefícios dos entorpecentes e que não se envolvam com eles.

Segundo a UNESCO os estabelecimentos de ensino instituem-se em ser um campo relevante para cooperar no arrefecimento da ingestão de entorpecentes e da violência. Assim sendo a capacitação de pais e professores é importantíssima para evolução e crescimento dos programas como o apresentado na pesquisa.

Constantino (2007) afirma que estudo fundamentado a partir do PROERD ampara no desenvolvimento e conscientização dos alunos, sendo também primordial o aprimoramento e ampliação dos baseamentos do referido programa.

Entre os pontos importantes destacados que acarretam nas crianças e jovens a imperatividade de desgastar entorpecentes estão à influência dos amigos e a necessidade própria destes de infringir barreiras e ordens estabelecidas. Há ainda diversas famílias que são coniventes com o consumo do álcool em casa, crer ser melhor deixá-lo beber em sua presença, acreditando estar controlando a quantidade e evitando a sua ingestão na rua. Mediante essa pressuposição, é cabível avaliar que o entorpecente lícito comumente é a porta de entrada para outros tantos tipos de drogas, sendo que as propagandas desses produtos influenciam profundamente.

No mundo moderno que estão inseridos inúmeros são os motivos que levam um ser humano a desgastar drogas, porém, a curiosidade e a influência de pessoas próximas estão

nos primeiros lugares. É característico de o indivíduo humano querer experimentar tudo o que é inovador e distinto, sendo também muito comum que ele tente provar. Deste modo, a eficácia do PROERD encontra-se na busca pela conscientização de que o correto é viver sem drogas e todos na comunidade auferem quando uma criança ou adolescente, por intermédio de uma política pública, decide pela vida sem entorpecentes e sem agressão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida evidenciou que o PROERD não tem como meta capital findar com a toda ocorrência e ingestão de entorpecentes nos estabelecimentos de ensino e\ou tampouco premeditar que os utentes deixem de existir, sua propensão é minimizar a probabilidade dos educandos envolverem-se de maneira inadequada com as drogas. A inserção do projeto nas escolas é primordial para que os alunos tenham a propriedade de distinguir as maleficências que as drogas produzem e a partir desta constatação deliberar sobre o que é melhor para si.

A partir do momento em que um ser humano obtém a orientação para desenvolver sua identidade e são incentivados na procura da cidadania e responsabilidade social, é admissível ressaltar que estes estejam sendo retirados da marginalidade e do submundo do crime, benefícios este para eles e para toda a sociedade.

A pesquisa demonstra que a proposta do Programa tem alcançado triunfo quando se percebe que alunos mudaram seu comportamento após sua inserção, e obtenção de informações básicas de cidadania como prevenção à usança de drogas.

A empreitada de se promover a consciência da necessidade de prevenção requer tempo, pretensão e determinação. Por conseguinte, com a intenção de fornecer subsídios para a construção de uma cultura contra violências e uso de entorpecentes, o PROERD não tem como enfoco exclusivamente a formatação de resultados imediatos, mas, tem como pretensão a realização e fundamentação de um trabalho em longo prazo, visto que uma criança bem norteada presentemente será um adulto responsável futuramente. O porvindouro adulto, consciencioso de seus direitos e deveres como cidadão, regularizando sua trajetória de vida pelo respeito a si mesmo e ao próximo, produzirá testemunho de que toda predisposição para o conhecimento, relacionada para o bem, determina efeitos significativos e tem toda a oportunidade de alcançar e gerar extraordinários resultados.

Assim afirma-se que o impacto do PROERD na Política Pública sobre entorpecentes na sociedade brasileira é amplamente positivo é que se faz indispensável a realização de outras investigações que ajudem aprofundar o conhecimento sobre os métodos utilizados pelo Programa, de modo inclusivo sobre as abordagens que poderiam incidir no debate sobre o projeto de vida dos alunos e da sociedade, além das decorrências e implicações do uso abusivo de drogas.

Destaca-se que a ingestão de entorpecentes por parte de crianças e jovens constitui-se em ser mais que uma demanda social, fundamenta-se em ser também uma questão de saúde pública. E o repasse de informações pelas instituições escolares e programas condizentes ao citado anteriormente coopera para a diminuição da usança de drogas, sendo uma primeira fase para a precaução contra esse artifício que gera amplo prejuízos à sociedade e a família.

REFERÊNCIAS

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRANDÃO, Carlos, R. **O que é educação**. 33ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Vade Mecum, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**.— Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011. 106 p

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional Antidrogas de 27 de outubro de 2005**. <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=101642> Resolução Conselho Nacional Antidrogas – CONAD nº 3 de 27/10/2005.

CARLINI, E. A; GALDURÓZ, José Carlos; NOTO, Ana Regina; NAPPO, Solange A.; CARLINI-COTRIM, Beatriz. **Drogas – estranhando o óbvio**. In ABRAMO, Helena Wndel, FREITAS, Maria Virginia e SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.) Juventude em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. Ed. Atlas – São Paulo, 2002.

CAVALCANTE. B. P. T; ALVES, M. D. S; BARROSO, M. G. T. **Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde.** Esc Anna Nery Ver Enferm, 2008, set, 12(3) 555-59.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas. Escola Paulista de Medicina, Departamento de Psicobiologia. **Livreto Informativo Sobre Drogas Psicotrópicas.** São Paulo. 2004.

CONSTANTINO, Gelson Luiz. **O que é o Proerd.** Polícia Militar do Paraná, 2007.

DELL'ANTÔNIA, Valberto. **A implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência pela PMSC (PROERD)** Florianópolis: USSC, Monografia (Especialização em Segurança Pública) Universidade de Sul de Santa Catarina, 1999.

MARQUES, A. C. P. R; CRUZ, M. S. **O adolescente e o uso de drogas.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 2000.

MOREIRA, F. G; SILVEIRA, D. X; ANDREOLI, S. B. **Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo.** Rev. Saúde Pública. V 40, n 5, p 810-887, 2006^a.

RAPOSO. C. **A política de atenção integral à saúde do adolescente e jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde?** V. 6, n. 23. São Paulo: Revista Em Pauta, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Maria das Graças Rua – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração \ UFSC; Brasília: CAPES: UAB. 2009.

SABROZA, P. C. **Saúde pública: procurando os limites da crise.** Rio de Janeiro: Ensp\Fiocruz, 1994.

SANCHEZ, Amauri, M. T. **Drogas e drogados: o indivíduo, a família, a sociedade.** 2 ed. São Paulo: EPU, 1982.

SETZWE A. L. **A Educação pode contribuir na prevenção do consumo de drogas.** Rev Arte Médica Ampliada. 14 (3): 4-11, 1999.

SIQUEIRA, Maria José. **A prevenção e a escola: discurso e prática, contradições e caminhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** In Sociologias nº 16 junho\dezembro, p 20-45, 2006.